

## MATERIAIS PARA O ESTUDO DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO\*

Milton Santos\*\*

### Epistemologia e Período Técnico-Científico

As definições de epistemologia são múltiplas. O que talvez se possa admitir como um fio condutor dessas definições é que a epistemologia, para que seja uma apreensão do conhecimento e, por conseguinte, possa constituir uma diretriz para a ação, deve levar em conta o processo, partindo das condições universais verificadas num momento da história para as condições particulares, individuais, das práxis humanas e dos seus condicionamentos. O primeiro trabalho do epistemólogo, hoje, é entender sua época. Como a epistemologia é geral, mas também particular, esse entendimento da época deve levar em conta o objeto de estudo do especialista, que é bom precisar.

O período atual chama-se também de Período Técnico-Científico da História, diferente dos outros sub-períodos do capitalismo. Não estamos mais apenas dentro do período imperialista, e é insuficiente falar de capitalismo monopolista de Estado, porque o período técnico-científico, que começa no fim da segunda guerra mundial e nos países do Terceiro Mundo se generaliza a partir dos anos 60, é um fato novo que deve justificar uma mudança completa dos modos de pensar, uma revolução epistemológica, sobretudo, na área dos estudos territoriais.

A inter-relação entre a ciência e a técnica começa, de fato, com a primeira revolução científica, mas só agora há uma interdependência, levando, aliás, a que a ciência preceda a técnica; essa precedência é um aspecto importante a relevar. Outro aspecto importante é que a ciência é cada vez mais comandada pela produção. E isso tem que ser dito claramente numa Universidade, para que ninguém aceite ser um cientista despreocupado com a sociedade e apenas ocupado pelo interesse da economia, o que acontece com frequência quando a ciência deixa de ser a busca da verdade, para ser a procura de soluções técnicas de interesse das firmas hegemônicas.

Este período científico-técnico faz aparecer novas áreas do saber, e en-

\* Este texto é a reprodução, com pequenas correções, da gravação da intervenção do Professor Milton Santos no 1º Seminário de Estudos Urbanos e Regionais, organizado pelo Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade de Brasília em maio de 1988. O autor reconhece o seu débito para com o CNPQ e a FAPESP que financiaram a pesquisa, da qual este ensaio é uma parte.

\*\*Professor do Departamento de Geografia da FFLCH/USP

tre aquelas que interessam mais de perto aos geógrafos estão as biotecnologias e as químicas, a cibernética e a eletrônica, assim como toda sorte de progressos da mecânica, é o período em que a informação ganha uma nova profundidade, uma nova amplitude, e o conhecimento do mundo se torna possível graças aos satélites e a outros meios. A informação se torna instantânea e os objetos, eles próprios, ganham conteúdo em informação. E um terceiro dado são as organizações. É, aliás, lamentável que, nos currículos de Geografia e de Ciências Territoriais, ainda não se ensine a Teoria das Organizações. Este período se caracteriza, então, por esses grandes dados: ciência, técnica, informação, organização; a tal ponto que um pensador como Lucien Goldmann apelidou esta fase da história de Capitalismo das Organizações, assim como outros a chamaram de Capitalismo Tecnológico.

### O Meio Técnico-Científico

É neste período que se cria o que chamo de Meio Técnico-Científico. Sociólogos franceses dos anos 50, 60 e um geógrafo como M. Sorre já falavam do **meio técnico** e discorriam sobre as diferenças entre o meio técnico e o meio natural. Em nossos dias, sobretudo para os países subdesenvolvidos, é importante falar em **meio técnico-científico**. A natureza transformada para a produção cada dia ganha um conteúdo maior em ciência e em técnica. A reorganização do espaço para atender às novas formas produtivas supõe um conteúdo importante em ciência e técnica, mas também um conteúdo importante em informação. O território se informatiza, o território se tecniciza, o território se cientificiza.

Neste período, alguns fatores têm de ser estudados de forma dialética. Do nosso ponto de vista, no caso brasileiro, alguns fatos têm que ser ressaltados:

1º) Há um desenvolvimento muito grande da configuração territorial. A configuração territorial é formada pelo conjunto de sistemas de engenharia que o homem vai superpondo à natureza, verdadeiras próteses, de maneira a permitir que as condições de trabalho dos períodos que se sucedem estejam aí presentes. Esse desenvolvimento da configuração territorial vem com um desenvolvimento exponencial do sistema de transportes e do sistema de comunicações, nas mais diversas formas.

Outro aspecto importante a levar em conta é o enorme desenvolvimento da produção material. A produção material brasileira muda de estrutura; a estrutura da indústria muda, a estrutura da circulação e da distribuição mudam, a do consumo muda exponencialmente; todos esses dados da vida material conhecem uma mudança extraordinária, ao mesmo tempo em que há uma disseminação no território dessas novas formas produtivas. A parte do território alcançada por essas novas formas produtivas, é muitas vezes maior do que era 30 anos atrás.

2º) Outro dado importante a considerar é o desenvolvimento das formas de produção não-material; não apenas há um desenvolvimento das formas de produção material, há também um desenvolvimento das formas de produção não-material: da saúde, da educação, do lazer, da informação e até mesmo das esperanças. São formas de consumo não-material que se disseminam sobre o território.

Isso tudo se dá através do que se chamaria de distorção da produção porque cada vez mais a produção é orientada para fora, uma produção 'external oriented', e uma distorção igualmente do consumo com a prevalência do chamado consumo conspícuo, em lugar do consumo das coisas essenciais. Há uma relação íntima de causa e efeito entre a distorção da produção e a distorção do consumo, o que está ligado às múltiplas formas de 'abertura' da economia nacional e tem um efeito sobre as outras dimensões da economia que são também geográficas, como a circulação e a distribuição. Isso tudo com relação a uma população que cresce: um fato que sempre choca um leitor ou ouvinte estrangeiro é quando se menciona que, a cada ano, o Brasil tem 3 000 000 de novos habitantes. Essa é uma dimensão fundamental para entender o Brasil e as formas de reorganização do espaço brasileiro.

### **Uma nova divisão do trabalho**

Fato importante a realçar é a maneira como o Brasil se insere nesta nova divisão internacional do trabalho do pós-guerra que, ao contrário das anteriores, nada tem de espontânea. É a primeira vez que uma divisão internacional do trabalho é organizada, organizada do centro e obedecida na periferia.

Essa divisão internacional do trabalho criou uma divisão interna do trabalho muito mais complexa porque a gama de capitais que participa da produção se abre num leque muito grande e, por outro lado, aumenta o leque de trabalhos possíveis sob o comando desses capitais. Paralelamente, o número de produtos que vem dessa combinação de capitais e trabalho aumenta também. Temos uma multiplicação dos tipos de capitais, dos tipos de trabalho e dos tipos de produtos. De um modo geral, isso vai ser importante para compreender o Brasil, mas uma classificação se impõe, quando passamos da generalização e da teorização à vontade de trabalhar sobre o concreto.

Isso tudo traz como consequência uma divisão territorial do trabalho mais intensa e mais extensa. Olhando o mapa do mundo há uma tendência geral à ocupação periférica dos territórios. É um dado verificável em todo o Terceiro Mundo. A ocupação do território não é apenas central; esse é um dado do nosso tempo, possibilitado pelas novas condições históricas a que acima aludí. Isso também se dá no Brasil e de maneira acentuada. Há uma desconcentração industrial, que já vem se dando desde 1960 e uma desconcentração da atividade agrícola. Nós temos uma atividade agrícola com altos

níveis de capital, tecnologia e organização, nos mais diversos pontos do território brasileiro. Dessa forma, podemos falar da existência no Brasil de hoje de uma "fábrica moderna dispersa", e de uma "fazenda moderna dispersa."

Isso se dá paralelamente à criação no país do que se chamaria, à exemplo do exército industrial de reserva (de trabalho) de Marx, de um "exército industrial de reserva de lugares". Se o modelo econômico se esgotou, isso não se deu com o modelo territorial pelo menos no que toca à economia, porque houve o cuidado de se criar uma enorme quantidade de lugares propícios ao exercício dos capitais hegemônicos, já que os capitais não-hegemônicos são menos exigentes.

Cabe aqui chamar a atenção, quando se fala em ação, para o fato de que a regulação do território brasileiro escapou, pelo menos nos últimos dois decênios, à burguesia nacional e ao Estado nacional, pois essa regulação vem sendo feita de fora. O Conselho para a criação desse exército de reserva de lugares veio do Banco Mundial. Ainda que para isso sua contribuição em dinheiro tenha sido pequena, esse organismo serviu como deslanchador do movimento que levou ao Programa de Cidades Médias que não é outra coisa, senão a criação de um exército industrial de reserva de lugares, o que está permitindo a fragmentação no território da força de trabalho e, por conseguinte, a redução da sua capacidade de luta e de debate em relação ao capital, ao mesmo tempo, em que enseja uma melhor descentralização da indústria no Brasil, a criação dessa "fábrica dispersa".

Com essas novas condições da divisão técnica do trabalho há desdobramento de tarefas tanto industriais como agrícolas sobre o território brasileiro: a fábrica se desdobra e se descentraliza e pode-se dizer também que o agricultor se desdobra.

### **A rigidez do território**

O território brasileiro torna-se ubiquamente utilizável e é por isso que temos indústrias e empreendimentos agrícolas se criando em toda parte mas, paralelamente, há uma vocação à rigidez do território, na medida em que este é reelaborado para atender a um certo tipo de produção. Cada vez que se renova o território, que se superpõem novas infraestruturas sobre a natureza, para permitir uma dada produção, isso é feito apenas para atender àquela produção. O território deixa de ser plástico como era no mundo natural e mesmo no meio técnico e passa a ser um território rígido, rigidificado sob encomenda, para atender a demandas específicas de uma produção que, como vimos, é múltipla, alcança um número cada vez maior de produtos. Essa rigidificação do território está tanto na cidade quanto no campo. A tal ponto que a cidade que surge inteiramente nesse período é a cidade mais rígida do Brasil, Brasília. Aldo Paviani e outros mostram em seus estudos que Brasília é uma cidade rígida.

As outras cidades brasileiras, nascidas em períodos anteriores, puderam através do tempo ir recebendo inovações produtivas sobre o seu território, à custa de adaptações mais ou menos singelas. Não é mais o caso hoje, quando as novas cidades onde já criam, desde a origem, bairros específicos de classes sociais, de tipos de produção material ou de tipos de produção não material. Brasília, por exemplo, já nasce assim, e por isso desde o começo já é uma cidade rígida, uma metrópole rígida, onde cada coisa tem o seu lugar e onde a reprodução do espaço que responde à reprodução da sociedade se dá de uma maneira muito mais determinada discreta e localizada no espaço, e de onde aquela noção de plasticidade, por conseguinte, se ausenta.

As novas adições à natureza que fazem nascer o meio técnico-científico, essas adições de ciência, de técnica, de química, de biotecnologia ao território no mundo rural, elas mudam a composição orgânica da terra, alteram o conteúdo orgânico das coisas. A cidade aumenta sua composição técnica e o campo aumenta, sobretudo, a sua composição orgânica. Esses dois acréscimos da composição do território, técnica e orgânica, são elementos de explicação dessa rigidez do território à qual me referi.

### **Especializações e Complementaridades Regionais**

Daí uma especialização extrema de tarefas no território segundo uma vasta tipologia das produções, que é tanto mais sutil e necessária porque essas produções não são um dado puramente técnico: toda produção é técnica mas também sócio-econômica. Há, por isso, uma sub-divisão e diferenciação extrema dessas produções.

É por isso que o território nacional tende a uma especialização cada vez maior. Durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, um obstáculo à sua difusão, mas o que nós vemos é o contrário, o campo não é hostil ao capital, um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente a tal ponto que o contágio do capital e tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, se dão rapidamente. É uma tendência que claramente se nota nas áreas economicamente mais avançadas, mas que também se faz presente naqueles sub-espacos menos avançados.

Foi o período técnico-científico da humanidade, isto é, a possibilidade de inventar a natureza, de criar sementes como se elas fossem naturais, isto é, o progresso da biotecnologia, que permitiu, no espaço de duas gerações, que o que parecia um deserto, como o cerrado, se transformasse num vergel formado por losangos de um caleidoscópio de produções onde há novas formas de homogeneidade, se é possível empregar essa palavra. Homogeneidade e Geografia são coisas que a rigor não se casam, mas, segundo a escala de observação, há uma tendência à homogeneização de certas áreas no agro brasileiro, exatamente a partir dessas especializações.

Essas especializações do território, do ponto de vista da produção material, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova Geografia Regional que se desenha na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe. Essas complementaridades fazem com que, em consequência, se criem necessidades de circulação, que se vão tornar frenéticas, dentro do território brasileiro, na medida em que avança o capitalismo; uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto for grande o número de produtos e a diversidade da sua produção.

Estamos diante de um novo patamar quanto à divisão territorial do trabalho. Esta se dá de forma mais profunda e esse aprofundamento leva a mais circulação e mais movimento em função da complementaridade necessária. Mais circulação e mais movimento permitem de novo o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e isso cria, por sua vez, mais especialização do território. O círculo nesse caso virtuoso (ou será vicioso?) se amplia e se aprofunda.

Aumenta, também, neste período, e exponencialmente, o número de objetos. Nos últimos 30 anos criaram-se sobre a face da Terra mais objetos de que nos 30.000 mil anos anteriores. O fato de que os objetos criados são dotados de intencionalidade específica, o que não era obrigatoriamente um fato nos períodos históricos anteriores, faz com que o número de fluxos sobre o território se multiplique também. Com objetos muito numerosos e diferentes, temos, então, um aumento do número de fluxos, tanto do ponto de vista qualitativo quanto do ponto de vista quantitativo.

Juntemos a êsse um outro dado: os objetos atuais nascem com uma vocação mercantil diferentemente dos outros objetos, vindos dos períodos anteriores. Da totalidade dos objetos surgidos, alguns têm uma vocação simbólica, mas a maior parte tem uma vocação mercantil de modo que tanto mais especulativa é a especialização das funções produtivas, tanto mais alto o nível do capitalismo e dos capitais envolvidos na área, e há, correlativamente, tendência a fluxos mais numerosos e qualitativamente diferentes.

Na economia natural ou naquilo que um dia no livro **O Espaço Dividido** denominei de "circuito inferior" há especializações que não são especulativas, ao contrário do circuito superior da economia, onde as especializações são especulativas, na medida em que a produção dos objetos e serviços se subordina aos mandamentos da competição.

Os fluxos são grandes e o fato de que haja um aumento desses fluxos faz com que a dimensão do mercado aumente. O mercado nacional aumenta e há uma relação entre mercado e território que não se pode deixar de trabalhar. No circuito inferior os fluxos são limitados no tempo e no espaço.

### **Novas formas de regulação**

Como o mundo atual permitiu, graças aos progressos dos transportes e

das comunicações, uma fragmentação do processo produtivo, isto cria a necessidade de recomposição do comando único: a divisão do trabalho e o outro lado da moeda, a cooperação. O trabalho, subdividido em tarefas diversas e lugares diversos, supõe que o capitalista busque reunificar essas tarefas subdivididas para exercer validamente a direção do processo integral. A necessidade de regulação também se impõe diante do movimento de descentralização das "plantas" industriais, da fragmentação geográfica do mercado da firma e da ampliação do seu espaço econômico. Na agricultura, esse fenômeno se dá através de uma regulação que é feita cada vez mais fora do campo.

Esse é um fenômeno importante para o entendimento do território: a regulação da atividade agrícola é cada vez mais feita fora do campo seja porque os produtos agrícolas são cada vez mais entregues ao mercado externo e interno de forma processada, seja porque a agricultura imponha especializações territoriais cada vez mais profundas. A regulação torna-se um dado explicativo maior. A interpretação da realidade impõe que à divisão clássica do processo produtivo em produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo necessitemos acrescentar essa noção de regulação.

Como entender essa regulação em uma situação de divisão social e territorial do trabalho "alienada"?

Ora, essa regulação, que é indispensável, vai nos dar o outro lado da questão sobre a qual nós vamos trabalhar daqui a pouco, mas antes eu queria mencionar que a divisão social e territorial do trabalho, num país como o Brasil, seria o que a gente chamaria de 'alienada', porque ela parte de uma produção não necessária à sociedade, que exige uma circulação não necessária, quer dizer, a circulação que se faz sobre o território brasileiro é algo superfetória havendo, então, uma circulação não necessária paralela a um consumo não necessário.

Isso está ligado ao fato de que a produção se dá cada vez mais como produção de valores de troca, cuja lei é estranha à sociedade nacional. É por isso que a criação de empregos no Brasil não é proporcional ao aumento da produção. Daí, o que se pode considerar como a criação estrutural dos pobres brasileiros. É por isso que as cidades brasileiras crescem economicamente menos do que poderiam crescer, graças a essa alienação múltipla, isto é, do processo produtivo e do processo consumptivo; e graças a essa produção não necessária, a essa circulação não necessária, a esse consumo não necessário que se cria uma divisão social e territorial do trabalho alienada. É assim que a cooperação sobre o território do Brasil se dá sob a presidência de firmas cada vez mais poderosas e em número cada vez menor, de tal maneira que se cria uma cooperação assimétrica.

A regulação, cuja necessidade aumenta nesse período, se dá pelo poder público e pelo setor privado. O poder público regula através de disposições legais permanentes e de sua intervenção no mercado sobretudo através do setor financeiro: preços, impostos, seguros, prêmios, incentivos, créditos; o

setor privado busca essa regulação através das finanças internas à firma, os multiplicadores (fiscal, financeiro e tecnológico), o mercado propriamente dito, com a oligopolização, a de-localização das "plantas" e as formas de emprego. De tal maneira que o financeiro passa a ter um papel importante na compreensão da organização do espaço. O que está nos faltando é nos lançar rapidamente na interpretação das leis espaciais das finanças e das leis financeiras do espaço sem o que o nosso entendimento do todo será insuficiente ou equivocado, porque lhe estará faltando um elemento fundamental da sua explicação.

### **A nova urbanização**

Tudo isso vai dar em conseqüência uma nova urbanização brasileira sobre a qual escrevi, embora sucintamente, em artigos nas revistas **Orientação** nº 6 e **Espaço e Debates** nº 13, no livro **O Espaço do Cidadão** e já agora em um outro livro, sobre **A Urbanização Brasileira**, que estou tentando, desesperadamente, redigir. Um dos elementos fundamentais de explicação da nova urbanização brasileira é o fato de que aumentou no Brasil, exponencialmente, a quantidade de trabalho intelectual. Não estou dizendo com isso que a população brasileira se haja tornado culta, mas ela se tornou mais letrada. O fato de que se haja tornado mais letrada está relacionado à realidade de que vivemos no período científico-técnico, onde a ciência e a técnica estão presentes em todas as atividades humanas (mesmo a política se cientificizou). Nessas condições, a quantidade de trabalho intelectual solicitada é enorme, sobretudo porque a produção material diminui em benefício da produção não material. Tudo isso conduz à amplificação da terciarização que, nas condições brasileiras, quer dizer também urbanização.

Por outro lado amplia-se o consumo no Brasil. A gama de artigos de consumo aumenta enormemente. A expansão do consumo da saúde, da educação, do lazer, é paralela à do consumo das bateleiras elétricas, televisões, e de tantos outros objetos, junto ao consumo das viagens, das idéias, das informações, ao consumo das esperanças, tudo isso buscando uma resposta que leva à ampliação do fenômeno da urbanização, sobretudo porque ao lado do consumo consumptivo, que se esgota com ele próprio, criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo. Quer dizer, ao consumo consumptivo que se ampliou, corresponde, também, uma ampliação do consumo produtivo, através dessa incorporação de ciência, técnica e informação ao território rural. A conjunção de consumos consumptivos e produtivos amplia a escala da urbanização.

A urbanização também aumenta porque cresce a quantidade de agricultores residentes na cidade. O Brasil é um país que não conhecia o fenômeno de "village". As primeiras aldeias brasileiras nascem neste mesmo período, com a colonização na Amazônia e no Centro Oeste. O Brasil é um país onde nós vamos ter rapidamente uma população agrícola maior que a população rural; e a população agrícola se torna maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola é urbana em residência. Um complicador a

mais para nossas velhas teorias de cidade-campo. A essa divisão social do trabalho ampliada que leva a uma divisão territorial do trabalho ampliada, soma-se o fato de que as diferenciações regionais também se ampliam com a nova divisão do trabalho.

### **Densidade material e densidade moral**

Para Durkheim havia duas noções importantes para entender a chamada morfologia social (a denominação que ele queria atribuir à Geografia como parte da Sociologia), as noções de densidade material e densidade moral. A densidade material é dada pela densidade de população e pela densidade das obras dos homens, quer dizer, a materialidade. E a densidade moral é dada pela frequência dos intercursos entre as pessoas, das inter-relações entre os homens e a essa densidade moral ele chama também de densidade dinâmica. À luz do nosso tempo, essas duas categorias continuam importantes para a compreensão da divisão territorial do trabalho, sem a qual é difícil falar de Geografia Regional.

Ora, as cidades locais se especializam tanto mais quanto na área respectiva há possibilidades para a divisão do trabalho, tanto do ponto de vista da materialidade quanto do ponto de vista da dinâmica interpessoal. Quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras.

A diferenciação dentro do que ainda chamamos de cidade do mesmo nível (isso de que a literatura geográfica, mas não só a brasileira, está cheia) não serve para interpretar a realidade, nem nos serve para a ação, porque nós vamos tratar coisas diferentes como se fossem iguais.

Dentro do que freqüentemente consideramos como localidades do mesmo nível, há uma diferenciação cada vez mais marcada, acompanhada de uma divisão interurbana do trabalho. É o que se verifica no Brasil em boa porção dos Estados do Sudeste e Sul, com a distribuição de funções produtivas entre as cidades. Isso é possível porque os transportes se difundiram e à criação de grandes autopistas se soma, nessas regiões mais desenvolvidas, uma criação tão grande ou maior de estradas vicinais; desse modo, a circulação se torna fácil e o território fluido. E essa fluidez do território tem como consequência uma acessibilidade (física e financeira) maior dos indivíduos. Na medida em que essa acessibilidade financeira é maior, os preços tendem a baixar e a parte disponível do salário tende a aumentar. Quanto maior a divisão territorial do trabalho, maior a tendência a consumir, maior a tendência a produzir, maior a tendência ao movimento, e a mais criação de riqueza.

Nas zonas onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e, conseqüentemente, as localidades do mesmo nível, incluindo as cidades médias, são mais distantes umas das outras.

## Mercado e segmentação vertical do território

Outro tema de grande interesse é a relação entre território e mercado e como corolário a questão de saber se existe ainda a região como escalão intermediário. Será a região algo que nós mantemos no vocabulário porque as coisas velhas são tenazes dentro da Geografia? Ou só existiria, assim como proposto por B.Kayser, o nível nacional e o local? No Brasil, sem dúvida, a noção da região pode permanecer graças, de um lado, a dados infra-estruturais e, de outro lado, a dados supra-estruturais. Dados infra-estruturais: toda a materialidade pré-existente que tem um certo papel de comando, conforme já vimos, sobre a divisão do trabalho. Dados supra-estruturais: as iconografias que mantêm à idéia de região através da noção de territorialidade, que une os indivíduos herdeiros de um pedaço de território, uma determinada fração de espaço.

Mas é verdade também que aquelas firmas oligopólicas, em número cada vez menor, que comandam o território, de alguma forma fragmentam o território em modo 'vertical', porque a zona de mercado da grande firma não se integra por um processo de difusão por contiguidade, exceto numa parte do território a que chamamos de região concentrada do Brasil. No resto do país, a sua área de mercado alcança certos pontos ou manchas de meio técnico-científico. Fora desse mercado privilegiado para as firmas hegemônicas, os interstícios são ocupados pelas zonas de mercado das firmas não hegemônicas. A **área concentrada**, onde o meio técnico-científico é contíguo é formada pela maior parte dos estados do Sudeste e do Sul e parte do Centro Oeste, há **manchas** desse meio técnico-científico, como o cerrado de Brasília, tendencialmente o centro oeste da Bahia, parte de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e há **pontos** do meio técnico-científico em todos os Estados e nas cidades sobretudo as médias. Há, pois, um recorte caprichoso da área preferencial de mercado das grandes firmas, que acompanha os grandes eixos de circulação fora da área concentrada, deixando para as outras firmas os interstícios. De modo que haveria uma repartição vertical e não horizontal de território. Isso, na verdade, reduziria as chances de trabalhar com as teorias regionais tradicionais, exceto quando é possível recompor a horizontalidade. Quando se dá esta última hipótese? Em primeiro lugar em função do poder e este é exercido dentro de limites: o limite do estado, o limite de uma região, de um município, o limite de uma fazenda...

Só que nem todo Estado da Federação cria uma região. Por exemplo, o Estado de São Paulo, capaz de exercer sua força reitora dentro do respectivo território, é uma verdadeira Região. Este é, também, o fato do Rio Grande do Sul. Mas em outros Estados, o exercício conjugado dos atores econômicos e do poder político é insuficiente para a criação de um tecido regional. Há, todavia, outros aspectos da colidianeidade moderna que recriam de alguma forma o fenômeno regional seja a vizinhança, sejam as formas de consumo que exigem proximidade e instantaneidade da resposta, sejam formas produtivas que se espalham sobre sub espaços, que os homogeneizam, a partir de um certo tipo de produção.

A emergência da agricultura moderna e das agro-indústrias também complica a questão das relações cidade-campo. Primeiro a cidade deixa de ser **a cidade dos notáveis** e passa a ser **a cidade econômica**; não é mais a cidade que cria a região ou a zona, mas a zona que cria a cidade, esta se organizando à feição da produção respectiva. Por outro lado o sistema urbano é modificado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, frequentemente firmas hegemônicas, dotadas não só de capacidade de adaptação à conjuntura extremamente grande como da força de transformação da estrutura, porque têm o poder da mudança tecnológica, da transformação institucional. Fortes de sua influência junto ao Estado, terminam por mudar as regras do jogo da economia e da sociedade à sua imagem. Dotadas de uma capacidade de inovação que as outras não têm, fazem com que o território passe a ser submetido a tensões muito mais numerosas e profundas; as pulsações que, vindas dessas grandes firmas, se impõem sobre o território levando à tendência a que se verifiquem mudanças rápidas e brutais dos sistemas territoriais em que se inserem.

### **Metropolização, Desmetropolização, Involução Urbana**

Neste período também há o fortalecimento das cidades intermediárias ligadas às novas formas de consumo. Dá-se, também, um fato para o qual nem sempre temos atraída a nossa atenção, apenas talvez porque nem sempre olhamos com cuidado as estatísticas; é que no Brasil ocorre, ao mesmo tempo, uma tendência à metropolização e à desmetropolização. São tendências paralelas, mas isso nada tem de extraordinário, pois a época em que vivemos é um período onde o paradoxo é moeda corrente.

Há redistribuição, no território, das classes médias e dos pobres. Porque as classes médias se redistribuem territorialmente, isso vai explicar o tamanho das cidades intermediárias; e por isso, desde 1960, as cidades intermediárias praticamente crescem tanto quanto as grandes cidades, ainda que estas já não cresçam da mesma maneira. São Paulo é que passa a ter um grande crescimento enquanto que o Rio de Janeiro diminui relativamente sua força de atração demográfica. Mas, o crescimento das grandes cidades é também crescimento da pobreza.

É difícil, pois, continuar afirmando que, no Brasil, o espaço é estruturado a partir da indústria. O território passa a ser comandado a partir da capacidade de informação que são os fluxos de informação que são estruturadores do espaço, superpondo aquilo que, à maneira de Marx, pode ser chamado de **círculos de cooperação aos circuitos espaciais da produção**. Os circuitos espaciais da produção criam movimento de matéria e os circuitos de cooperação criam fluxos de informação, que são os novos estruturadores do espaço.

Por último diria que dentro das cidades, sobretudo, das grandes cidades se vai dar aquilo que Mc Gee e Armstrong haviam prematuramente visualizado nos anos 60. Esses dois geógrafos propunham a noção de "involução urbana" a partir do que era chamado de **ruralização da cidade**, isto é, a

invasão de praxis rurais no meio urbano em virtude das numerosas e brutais correntes migratórias provenientes do campo. Hoje, porém, talvez se possa falar em uma **involução metropolitana** mas em outro sentido, na medida em que o grande número de pobres urbanos cria o caldo de cultura para que nas cidades, sobretudo nas grandes, vicejem formas econômicas menos modernas, dotadas de menor dinamismo e com menor peso na contabilidade estatística do crescimento econômico.

São Paulo há muito tempo que cresce relativamente menos do que o país e cresce também menos do que o Estado de São Paulo, não propriamente em termos absolutos, mas em termos proporcionais. Este, aliás, não é apenas um fenômeno paulista. Nas regiões de agricultura moderna, o crescimento econômico é, por razões múltiplas, maior que nas respectivas metrópoles. Estas são lugares onde se encontram enormes estoques de capital velho, na medida em que, no campo, a substituição de uma composição orgânica do capital a uma outra composição orgânica do capital é mais fácil do que na cidade, onde é dispendiosa e complicada a substituição de uma composição técnica pre-existente por uma outra composição técnica do espaço. É muito mais caro arrazar um quarteirão, fazer uma nova avenida, um túnel, um viaduto, do que substituir, com incentivos financeiros e fiscais, máquinas, sementes e produtos químicos. Por outro lado, o fato de que os pobres venham para a cidade e abandonem o campo modernizado, leva a que no urbano se recriem condições para utilização do velho econômico.

Há, pois, reformulação do sistema urbano e reordenamento das cidades, como resultado das novas formas de realização da vida econômica e social. Como a modernização não se dá de forma homogênea, há diversidades segundo regiões e lugares, mas a realidade comum é a diferenciação e a complexidade crescentes do fenômeno urbano e regional no país.

## RESUMO

O presente período histórico traz consigo grandes transformações dos sistemas de técnicas e dos sistemas sociais, acarretando mudanças na forma e no conteúdo do espaço. Este ensaio busca identificar como esse movimento conduz a uma redefinição da urbanização brasileira, graças a uma nova configuração territorial e uma nova divisão socio-geográfica do trabalho. A expansão do meio técnico-científico é responsável por uma nova dinâmica espacial, exigindo uma reformulação das categorias de análise, aqui apresentadas à luz da realidade brasileira.

## ABSTRACT

The present historical period carries in large transformations of the technical systems and the social systems, generating changes in the form and content of geographical space. The author tries to point out how these changes lead to a new definition of brazilian urbanization, according to the new territorial configuration and the new socio-geographic division of labour. The expansion of the technico-scientific milieu now observed in the country is responsible for a new spatial dynamic which supposes the reformulation of analytical categories here examined.